

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	27
INTRODUÇÃO	29
Capítulo I – PRESSUPOSTOS	39
A) A Internacionalização da Atividade Econômica.....	39
1 Primeiro grau de internacionalização: a empresa estrangeira como sujeito de direito	43
1.1 As controvérsias sobre o “ato isolado”	44
2 Segundo grau de internacionalização: o funcionamento da sociedade estrangeira em território nacional	47
2.1 Filiais	47
2.1.1 Particularidades do Direito Brasileiro.....	48
2.1.2 Requisitos gerais	49
2.2 Subsidiárias	54
2.3 A Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Sociedades Mercantis	59
B) Diversidade de Legislações Falimentares: os Modelos Normativos.....	61
1 O modelo territorialista	62
2 Modelo universal.....	64
3 O modelo misto	65
4 As legislações mercosulinas	66
C) Processos Internacionais de Unificação Normativa.....	68
1 Tratados bilaterais	69
2 Trabalhos de alcance universal.....	70
2.1 A Lei Modelo de Uncitral sobre insolvência transfronteiriça	71



2.2	A adoção da Lei Modelo de Uncitral nos Estados Unidos	73
3	Soluções regionais.....	76
3.1	União Europeia.....	76
3.1.1	O Regulamento (CE) 1.346/00	78
3.1.2	Principais características.....	79
3.2	América Latina	82
3.2.1	Tratados de Montevidéu	83
3.2.2	Código Bustamante.....	84
3.2.3	Mercosul?	85

Capítulo II – A (DES)REGULAMENTAÇÃO DA COMPETÊNCIA 87

A)	O <i>Chauvinismo</i> das Legislações Falimentares.....	89
1	Regra geral: domicílio ou estabelecimento principal em território nacional	90
1.1	Filial ou subsidiária de empresa estrangeira	96
1.2	A exceção do foro do patrimônio	100
1.3	A insolvência dos grupos econômicos.....	102
2	Crítica.....	110
2.1	Das fontes	110
2.2	Do discurso.....	112
2.3	Das consequências.....	113
B)	O Cosmopolismo dos Tratados de Montevidéu e do Código Bustamante	114
1	Crítério de base: o domicílio comercial.....	115
1.1	Domicílio comercial em mais de um Estado: da unidade ou pluralidade de processos de insolvência	117
2	Crítica aos Tratados de Montevidéu e Código Bustamante.....	119
2.1	Crítica das fontes	119
2.2	Críticas do discurso	120
2.3	Crítica das consequências.....	123
C)	O Equilíbrio da Solução Regional	125
1	Processo principal	127
2	Processo secundário	129
3	A regulamentação dos grupos econômicos	131

Capítulo III – A LACUNA DA LEI APLICÁVEL..... 135

A)	Aproximação Conceitual	135
----	------------------------------	-----

1	Lei Processual e Lei Substancial	137
1.1	A Lei Substancial no modelo territorial.....	139
1.2	A Lei Substancial no modelo universal	140
2	A solução atual no Mercosul.....	141
B)	Uma Regra Geral como Ponto de Partida.....	143
1	Fases de aplicação	143
2	Efeitos	146
2.1	Efeitos processuais	146
2.2	Efeitos materiais	147
C)	Exceções sobre Determinados Atos Jurídicos	149
1	Atos sujeitos a registro	149
1.1	Suporte fático	150
1.2	Extensão do preceito.....	151
2	Contrato de trabalho.....	151
2.1	Suporte fático	153
2.2	Extensão do preceito.....	154
3	Atos prejudiciais aos processos de insolvência	154
3.1	Suporte fático	156
3.2	Extensão do preceito.....	156
D)	Direitos Imunes aos Processos Concurais.....	157
1	As garantias do crédito frente à insolvência.....	157
1.1	Exclusão da <i>lex fori concursus</i>	161
2	Créditos com garantia real.....	162
2.1	Suporte fático	164
2.2	Extensão do preceito normativo	165
3	Contrato de compra e venda com reserva de domínio.....	166
3.1	Suporte fático	168
3.2	Extensão do preceito.....	168

Capítulo IV – OS ÓRGÃOS FALIMENTARES

1	Os tribunais.....	172
1.1	Pluralidade de juízes.....	174
1.2	A comunicação como regra.....	176
2	Autoridades Centrais	180
3	O Administrador Judicial.....	181



3.1	Prova da nomeação.....	188
3.2	Alcance e limite de suas funções.....	190
4	Legitimação e participação processual dos credores estrangeiros	192
4.1	Direito a receber informação	195
4.2	Forma de apresentação dos créditos.....	195
4.3	Direito a formar parte dos órgãos colegiados.....	196
Capítulo V – DINÂMICA CONCURSAL.....		199
A)	Auxílio Mútuo e Cooperação Administrativa.....	200
1	Características	201
2	Publicidade e registro por administrador judicial.....	206
B)	Cooperação Jurisdicional.....	208
1	Sistema atual de reconhecimento	209
2	Necessidades específicas do processo da insolvência	213
3	A ordem pública.....	217
C)	Coordenação de Processos.....	219
1	Quatro modelos de coordenação	219
2	O trabalho integrativo dos administradores.....	224
3	Pluralidade de massas e regras de distribuição.....	225
4	A colaboração em casos de grupos econômicos.....	226
CONCLUSÃO.....		229
ANEXO.....		233
Projeto de Protocolo sobre Insolvência Empresarial (português)		235
Projecto de Protocolo sobre Insolvencia Empresarial (espanhol).....		241
REFERÊNCIAS.....		247
ÍNDICE ALFABÉTICO		265